

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA ANALÍTICA E SENTIMENTAL: PROPOSIÇÕES SOBRE DISTÂNCIA HISTÓRICA, NOSTALGIA E VISÕES DA MODERNIDADE BRASILEIRA NOS OITOCENTOS¹

 *Rodrigo Machado da Silva* ^{2,3}

RESUMO

Este artigo tem como proposta central discutir, a partir de problemas da história da historiografia, a emergência da categoria analítica *distância histórica* e as possibilidades de modular o tempo a partir de diferentes possibilidades de representação do tempo. Lançamos nossos olhares para o final do século XIX brasileiro, destacando literatura e historiografia como dois gêneros fundamentais para criar identidades. Procuramos compreender a pluralidade de projetos temporais para a modernidade brasileira e questionamos a racionalidade pura na escrita da história. Identificamos a forte marca das sensibilidades como motivações estética, ideológica, formal e política para representar o tempo nacional. Destacamos a nostalgia como significativo elemento que evidencia uma tensão temporal que separa duas visões sobre o tempo nacional: o passado monárquico e o passado republicano.

PALAVRAS-CHAVE

História da historiografia – distância histórica – nostalgia.

1 Este artigo foi financiado com recursos da Capes e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do prof. dr. Marcelo Santos de Abreu. Agradeço as leituras de João Paulo Martins e Augusto Ramires, que contribuíram para a composição final do texto.

2 Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana – Minas Gerais – Brasil.

3 Doutorando em História – Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Editor Executivo do portal *HH Magazine: humanidades em rede*.

HISTORY OF HISTORIOGRAPHY ANALYTICAL AND SENTIMENTAL: PROPOSITIONS ABOUT HISTORICAL DISTANCE, NOSTALGIA AND VISIONS OF BRAZILIAN MODERNITY IN THE 19TH CENTURY

ABSTRACT

The main purpose of this article is to discuss the emergence of the analytical category *Historical Distance* and the possibilities of modulation of time from different possibilities of time representation, based on problems of the History of Historiography. We cast our glances towards the end of the nineteenth century in Brazil highlighting literature and historiography as two fundamental genres for identity creation. We seek to understand the plurality of temporal projects for Brazilian modernity, as well as question the pure rationality in the writing of history. We identify the strong brand of sensitivities as aesthetic, ideological, formal and political motivations for representing the national time. We emphasize nostalgia as a significant element that shows a temporal tension that separates two visions about national time: the monarchical past and the republican past.

KEYWORDS

History of historiography – historical distance – nostalgia.

1. *Emoção e temporalidade: uma exploração histórica possível*

Não sem algum constrangimento os historiadores, ainda hoje, precisam responder a uma pergunta que nos parece bem capciosa e que muito provavelmente não tem resposta absolutamente satisfatória: o que é história? Imediatamente nos vem à mente a clássica, didática e elegante definição de Marc Bloch, em que o medievalista francês propõe a história como a ciência dos homens no tempo. Amplamente, a história é associada ao estudo do passado, mas, pela definição de Bloch, isso não é radicalmente possível. O tempo da história é muito mais amplo do que somente o passado, pois

a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional?⁴

Bloch, com essa proposição, convidava os historiadores do século XX a pensar a cientificidade da disciplina em um momento em que parecia cada vez mais clara sua possibilidade. Essa clareza, destarte, não mais se configura hoje com tanta propriedade no horizonte dos historiadores.

A história como ciência ou como representação, mais do que um produto de conhecimento sobre a ação do homem na duração, é uma resposta ao ambiente discursivo de seu momento de elaboração. O historiador, ao expor seus problemas e hipóteses, carrega-se de propriedades políticas, ideológicas e subjetivas que podem ir além da simples escolha de temas ou fontes, isto é, surgem a partir de moti-

4 BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 52.

vações sentimentais com o tempo e com aquilo que se pretende narrar. Astor Antonio Diehl identifica que a mera atividade científica no campo historiográfico, atualmente, não consegue mais dar respostas satisfatórias para todos os problemas colocados em pauta, uma vez que a própria história está bastante frágil e inflacionada diante da necessidade de buscar resoluções para tarefas epistemológicas intrínsecas a ela⁵. Diferentemente do tempo histórico próprio da modernidade, em que a história se apresentava como um vetor de orientação, a crença positiva no devir através da história parece ter pouco efeito.

A história é apenas uma textura de representações do passado, pois, metodologicamente falando, a história não é constituída como se faz na ciência formal, onde temos um corpo de proposições gerais que expressam somente fatos descobertos. A história seria muito mais a possibilidade de construirmos uma espécie de arquitetura das ideias de futuro que se tinha no passado através de intromissões no passado.⁶

Essas “intromissões no passado” dependem de inúmeros fatores que se desdobram a partir de modulações temporais dentro e fora do texto historiográfico. Suas composições se estabelecem em jogos entre memória (lembranças e esquecimentos), distância (afastamentos e aproximações), e a dimensão do tempo que se pretende narrar. O passado, seja ele recente ou remoto, é um elemento, mesmo abstrato, que exerce efeitos cognitivos no presente. As histórias vividas e narradas coabitam espaços de experiência e reafirmam ações dos homens e mulheres na duração. Além disso, delega aos historiadores papel de agentes públicos não em defesa da promulgação de justiça histórica, ou tradutores do embate entre memória e esquecimento,

5 DIEHL, Astor Antonio. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368-394, jul./dez. 2006. p. 377.

6 *Ibidem*, p. 378.

mas de moduladores, por meio da narrativa, das transformações que a experiência imputa à temporalidade.

A representação da história não se limita às formas tradicionais de se falar sobre a duração, bem como a relação dos historiadores com ela se apresenta de forma muito mais complexa do que a obsessão do século XX pela sua objetivação. Seja na historiografia ou na literatura, passando por experiências cotidianas e suas possibilidades de representação, percebemos que a temporalidade se projeta sobre linhas tênues a todo momento. Entre objetividade e sensibilidade, a relação entre nós e o tempo é tensionada por produções de presença, distanciamentos e engajamentos que dão a vivacidade necessária para a narrativa.

Falar sobre o tempo não é simplesmente ordená-lo, mesmo que seja possível, em mera cronologia. Esta, por si só, não representa de forma categórica as possibilidades de leitura do tempo próprio da duração. Falar sobre isso é reconhecer que, embora haja inúmeras relações meta-históricas do tempo, ele não é algo fundamentalmente dado. A primeira resposta possível a essa questão se encaminha para a compreensão do posicionamento do historiador em relação ao mundo e à história. Há muito o profissional de história ocupou um lugar de distanciamento, ou melhor, de afastamento entre ele e o objeto representado, assumindo uma postura de observador imparcial, o que gera certo artificialismo. Cada vez mais podemos evidenciar que há uma quebra do automatismo entre passado e presente, o que é importante para ressignificar a distância entre o “ator envolvido” e o observador “imparcial”. Esse problema surge na medida em que se torna cada vez mais comum os historiadores se engajarem em disputas abertas pela representação do passado. Há uma busca pela aproximação do historiador com a história de si mesmo, que precisa ser articulada para além das operações cientificamente conduzidas⁷.

7 BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future. An introduction. In: BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013. p. 10.

Ao tratar das forças emocionais no pensamento histórico, Jörn Rüsen nos revela muito sobre essa questão. Para o historiador alemão, o pensamento como procedimento se difere dos sentimentos que o acompanha durante o processo de produção do conhecimento historiográfico. Os historiadores acadêmicos partem da premissa de que pensamentos, conceitos e ideias têm natureza cognitiva, e as emoções que os acompanham são adicionais ou não essenciais, não tendo função real na escrita. No entanto, essas duas dimensões do humano estão interligadas de maneira que não estamos completamente cientes⁸. As emoções, segue, podem não apenas produzir cognição, mas têm capacidade de mostrar mais coisas que a própria cognição é capaz. As emoções ultrapassam a cognição ao apresentarem possibilidades alternativas sobre a realidade mundana. As emoções não se restringem ao domínio da lógica, o que em absoluto quer dizer ser algo desprovido de racionalidade.

Separar as emoções da racionalidade é negligenciar os complexos entrelaçamentos cotidianos entre essas duas esferas da existência humana, e não percebemos, ou fingimos não perceber, que todo sistema racional possui uma base emocional⁹. As emoções, evidentemente, não podem ser mensuradas, mas podem ser incorporadas em conjuntos de explicações de comportamentos e eventos. Ela nos incita a nos debruçarmos sobre o espectro do comportamento humano. Isso significa que é possível verificar manifestações e prevalências de diferentes emoções em distintos locais e épocas. As emoções podem se manifestar de maneira física, o que se associa com determinados condutas e, do ponto de vista analítico, o historiador precisa ficar atento a uma investigação mais profunda de vocabulário e gestos de emoções em particular¹⁰. Uma das formas de elucidar as emoções é,

8 RÜSEN, Jörn. Emocional forces in historical thinking: some metahistorical reflections and case of mourning. *Historien*, [S.l.], v. 8, p. 41-53, 2008. p. 41-43.

9 MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 15.

10 ZELDIN, Theodore. História pessoal e história das emoções. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 12, n. 22-23, p. 30-44, jun./dez. 1991. p. 39-40.

na perspectiva de Theodore Zeldin, descompondo-os em elementos que os configura e usar isso como ferramenta para um tipo individual de exploração histórica.

O que extraímos disso é a ideia de que esse é um ato de iluminação e fusão entre emoção e a consciência como unidade inseparável do mundo e do humano. Rüsen aponta a categoria aqui livremente traduzida como “geração de sentido” como uma força movida pelos seres humanos que permite a interpretação de si mesmos e do mundo em que vivem, bem como das relações construídas nele. A historiografia, a partir do momento em que se entende como uma operação científica, molda tanto os elementos cognitivos quanto os emotivos por meio do método¹¹. Nesse sentido há sempre um duplo e fundamental movimento de complemento entre cognição e emoção. Nenhuma das duas esferas tem condições plenas de interpretar eventos históricos.

Uma das maneiras de realizar uma “exploração histórica” das emoções a partir de sua decomposição é lançar olhos a sua dimensão temporal. Mais do que isso, talvez seja melhor pensar na associação entre as emoções e a temporalidade. Com isso, nossos esforços investigativos abre um leque de possibilidades, ao passo que exige certas restrições. Procuraremos demonstrar neste artigo essa associação por meio do estudo da história da historiografia. Essa subdisciplina tem ocupado um importante espaço entre as pesquisas historiográficas no Brasil. Como aponta Valdei Lopes de Araujo, além da busca em demonstrar seu potencial de autonomia no ponto de vista metodológico, a disciplina tem ainda outro desafio: segundo o autor, o de dimensionar os fenômenos que lhe são próprios¹², tal qual a historicidade, entendida aqui como “a estrutura do acontecer humano, ou a *temporalização da temporalidade*”¹³.

11 RÜSEN, op. cit., p. 44.

12 ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, 2013. p. 36.

13 Ibidem, p. 39.

O autor parte das proposições heideggerianas sobre o fenômeno da temporalidade e a relação do ser humano com o tempo para pensar em uma atuação da disciplina que não se encerre em uma autorreflexão do campo ou na descrição do fazer historiográfico. Esse olhar metodologicamente orientado para a temporalidade é denominado *analítica da historicidade*. Os seres humanos são dotados de experiências que perpassam por todas as esferas temporais. Relacionamo-nos com a história e desenvolvemos nossas identidades não como simplesmente seres inseridos “no tempo”, mas como seres que constituem e são constituído por ele.

Visto dessa forma, propor uma historiografia analítica é pensar em formas diferenciadas de acessar o passado e compreender as possíveis experiências históricas atingidas pelas investigações das formas de continuidade e descontinuidade. Não se trata um olhar para as narrativas do passado e ordená-las no tempo e no espaço, mas de compreender as transformações do tempo em tempo histórico¹⁴. A relação entre o tempo e as emoções nos é cara na medida em que estas possuem natureza semelhante na composição do ser humano e têm elas mesmas sua historicidade. Nosso interesse, portanto, não é apenas compreender sua historicidade e suas transformações no tempo – embora isso seja inevitável –, mas é de demonstrar que as emoções podem também compor o tempo. Essa composição, no entanto, não se dá apenas pela vivência, mas, sobretudo, pela narrativa. Destacaremos, e de maneira mais vertical na terceira e na quarta parte deste artigo, *saudade* e *nostalgia* como tipos de emoções que têm relação íntima com o tempo e com a história.

Em muitas interpretações, a saudade é atrelada diretamente à ideia de perda, de ausência, de mudanças não desejadas. Manifesta-se a partir do desaparecimento e distanciamento de algo ou alguém em que se tenha algum laço afetivo. Durval Muniz entende que esse é um processo de deteriorização subjetiva, de perda de um lugar existencial, e projeta a construção de um lugar ideal de tempo e espaço

14 Ibidem, p. 41.

que antecede seu declínio¹⁵. A saudade pode ser considerada uma experiência universal, mas não arriscamos em afirmar que é meta-histórica, que envolve duração, demarcação e consciência de tempo e distância, concretizada no sentir falta ou tristeza pela ausência¹⁶.

No entanto, embora não seja um argumento novo, queremos destacar que há dimensões da saudade que carregam positividade tanto em vivência quanto em narrativa. Dessa maneira, Roberto DaMatta nos ajuda a pensar a saudade como um constructo social e ideológico que, mobilizada como uma categoria de pensamento e ação, carrega em si uma capacidade performativa¹⁷. Para o antropólogo, a saudade não é uma categoria que se possa explicar por meio de imposições e negociações que se cristalizam em uma linguagem e memória coletiva como uma espécie de reflexo empírico da perda. Ela, na verdade, é uma categoria do espírito humano que manifesta estruturas de valores e ideologia.

Lendo, pois, a *saudade* como categorial social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção específica de tempo. Entretanto, mais do que ser uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontinuidades na duração infinita e contínua que nos envolve, como fazem os ponteiros de um relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala do *tempo por dentro*. Da temporalidade como experiência vivida e reversível que cristaliza uma dada qualidade. Assim, pela saudade, podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo e, assim fazendo, trazer os momentos especiais e desejados de volta. Por isso a saudade exprime igualmente como duração que pode ser (re)vivida

15 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas: A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013. p. 161.

16 TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 257-277, 2015. p. 265.

17 DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 19.

e (re)experimentada generosa e positivamente. Com isso a saudade acena para uma percepção do tempo como experiência interna, dentro de uma hermenêutica social balizada que passa de geração para geração.¹⁸

Ao assumirmos, portanto, a dimensão temporal da saudade como objeto de análise, será necessário definir pontos de leitura que clarificarão nossa hipótese acerca dos usos das emoções como moduladores do tempo e motivação historiográfica. A saudade, em alguns momentos, se confundirá com outra categoria que mobilizaremos ao longo do texto para tratarmos dessa sensibilidade: a já mencionada nostalgia. Não entendemos saudade e nostalgia como sendo a mesma coisa, mas partimos da ideia de que a nostalgia carrega uma força narrativa que permite maior decomposição de sua estrutura; a saudade aparece como uma de suas dimensões. A literatura, que trata dessas duas categorias, poucas vezes as distingue, nem é nossa intenção aqui diferenciá-las, ao mesmo tempo em que trataremos de coisas radicalmente distintas.

A história da historiografia, como analítica da historicidade, contribui sobremaneira para compreender a papel narrativo das emoções ao representar o tempo, seja em leituras do passado, seja em projeções do futuro. Pôr em evidência as dimensões emocionais do fazer historiográfico, além de instigar uma nova relação entre o historiador e seu objeto, lança novas sensibilidades e empatias para o leitor. Dessa forma, nosso texto se encaminhará para dois momentos que estruturalmente são distintos, mas que se complementam na tentativa de demonstrar a relação entre emoções e temporalidade. Mobilizaremos a categoria *distância histórica* como ferramenta metodológica para compreender possíveis movimentos políticos, estéticos, formais, ideológicos e sentimentais na modulação do tempo. Visto isso, deslocaremos nosso olhar para os finais do século XIX e início do XX, e demonstraremos como nostalgia, saudade, utopia, e

18 Ibidem, p. 22, grifos do autor.

Romantismo contribuíram para a disputa de projetos de modernidade para o Brasil.

2. *Distância histórica e os estratos do tempo*

Quando discutirmos a possível isenção do historiador em relação àquilo que descreve em seus estudos, geralmente cria-se uma ilusão de que há um distanciamento total entre o objeto e o pesquisador¹⁹. Essa distância pode ser observada em dois movimentos: o primeiro é o *afastamento* temporal, do historiador em seu ato de escrita e do objeto então representado; o segundo é a *aproximação* – afetiva e ideológica – que faz aquele objeto estudado ser factível em sua representação para o historiador. Cabe a este, portanto, realizar modulações para produzir outros efeitos de distanciamento para incluir o leitor nesse jogo temporal. Podemos condensar essa proposição em uma categoria que sempre rodeia o historiador, mas que gera conotações e interesses diferentes: a categoria de *distância histórica*.

À primeira vista, essa categoria pode parecer vazia de sentido. Essa impressão se dá pelo fato de convivemos constantemente com a ideia de distância histórica, seja nos cursos de graduação, nos programas de pós-graduação ou até mesmo falando sobre história com aqueles que não são profissionais, mas que carregam certo interesse ou curiosidade sobre a disciplina. O distanciamento parece ser um *a priori*. Qual historiador nunca ouviu que, para compreender determinado evento ou conjunto de eventos, é preciso que se passe uma quantidade significativa de tempo entre o fim do evento e início da narrativa sobre ele? Poderia se criar, aí, um distanciamento seguro que permitiria uma leitura e análise isenta sobre o evento em questão. Essa proposição, porém, está carregada de ambiguidades.

De um lado podemos, com segurança, afirmar que, quanto mais longe de determinado evento, melhor são as nossas condições de

19 Sobre esse assunto, ver: NOVICK, Peter. *That noble dream: the "Objectivity Question" and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1-17.

análise. Isso é verdade do ponto de vista da historiografia nos moldes científicos. Ao nos afastarmos radicalmente, acumulamos vestígios materiais, intangíveis, memórias e interpretações. Com tamanho repertório em nossas mãos, acreditamos ter as possibilidades mínimas de escrever história. No entanto, por outro lado, adotar isso como uma verdade metodológica é admitir que a história é uma disciplina que tem por característica fundamental o estudo do passado. O distanciamento não se limita ao afastamento cronológico do objeto estudado, mas se manifesta na relação e na forma de leitura que se cria dele. Restringir o historiador ao estudo de eventos distantes o proíbe veladamente inclusive de compreender com ferramentas historiográficas problemas sociais e políticos atuais. As culturas históricas e historiográficas²⁰ do século XXI, bem como nossa cultura de memória nos permite alcançar outros patamares.

Pelo estudo da história da historiografia nos permitimos pensar quais são e se realmente existem esses “outros patamares”. Acreditamos ser muito mais uma relação sincrônica do que diacrônica. A suposta crise da razão histórica que assombra os historiadores mais

20 Compreendemos a cultura historiográfica como uma representação teórica do passado, de características socioculturais, instituições e estruturas de pensamento. A cultura historiográfica equivale dizer que é a interseção entre a forma que o passado é utilizado em um determinado tempo e espaço, bem como os métodos de pesquisa e construção discursiva que formam o pensamento histórico. Ela é o conjunto de todas as formas de representação do passado, que é muito mais abrangente que a historiografia pura e simplesmente, uma vez que a cultura historiográfica abarca diferentes áreas das ciências humanas, problema em voga atualmente. O conhecimento histórico é a soma de inúmeros fatores cujo objetivo final é a compreensão das singularidades do homem no tempo, articulando a duração e aquilo que podemos chamar de prova documental. Na ponta de sua pena, o historiador analisa traços da memória, identidade e cultura das sociedades tendo em vista suas especificidades. Assim como não se pode ter uma visão única sobre o pretérito, as formas de registrá-lo também são variadas. Em nossa perspectiva, as disputas políticas e intelectuais pelo passado sobressaem-se frente à questão da teoria sobre o próprio passado. A cultura historiográfica, portanto, em hipótese alguma se mostra estática. Para ver mais sobre cultura histórica e historiográfica, ver: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998; DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re)escrever a história do Brasil hoje. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 151-175, jan./jun. 2009.

suscetíveis tem dominado as visões pessimistas em relação à disciplina. Autores como Hans Ulrich Gumbrecht, por exemplo, nos instiga a pensar sobre as “im-possibilidades” de se aprender com a história. Para o crítico literário, embora a história desperte grande curiosidade, sedução e aguce a atenção para grandes narrativas e monumentos, estamos em um momento em que não é mais possível aprender com ela. Somos fascinados pelo passado, queremos sempre de alguma forma vivê-lo, mas ele não tem mais condições de ser um instrumento pedagógico orientador para o presente. Mas, na historiografia como disciplina, diz Gumbrecht, ainda se fala na possibilidade de aprender com esse passado como fator imprescindível para a legitimação dela própria²¹, senão ela não faria mais sentido. Mas, no cotidiano, isso não é mais tão evidente.

Outra leitura que podemos fazer sobre a nossa cultura histórica e que envolve nossa relação com a memória e formas de projeção do futuro parte das proposições de Andreas Huyssen. Para esse autor, as sociedades do fim do século passado, com o avanço de tecnologias que permitem o armazenamento irrestrito de informações, bem como o crescimento real e simbólico dos meios de comunicação, desenvolvem um fenômeno de supervalorização da memória. Mulheres e homens, hoje, têm obsessão pela lembrança. Com o desenvolvimento de supercomputadores com memórias de armazenamento vastíssimas, ampliação exorbitante da internet, formas midiáticas de arquivamento de acervos completos conduz os seres humanos a procurarem cada vez mais meios eficientes de memória.

Não obstante, esse impulso constante pela memória traz problemas gravíssimos para a produção de sentidos. Vivemos em uma sociedade midiática onde cada vez mais somos bombardeados por informações. Eventos de alta e baixa relevância nos rodeiam constantemente por intermédio das rádios, televisões, impressos e inter-

21 GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”: o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história?* O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 26.

net. Máquinas fotográficas e novas formas de arquivamento compõem essa miscelânea de informação. Sentimo-nos obrigados, cada vez mais, a acompanhar todas essas informações, somos induzidos a lembrar de tudo e isso exige grande velocidade. No entanto, quanto mais “nos lembramos”, mais chances de “esquecermos” de tudo. Para Huyssen, isso se configura como uma espécie de patologia da memória. Produz-se uma sensação forte de amnésia.

Para onde quer que se olhe, a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos se choca com um intenso pânico público frente ao esquecimento, e poder-se-ia perfeitamente perguntar qual dos dois vem primeiro lugar. É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implusão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? Qualquer que seja a resposta para estas questões, fica claro que velhas abordagens sociológicas da memória coletiva [...] não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, memória, do tempo vivido e do esquecimento.²²

Gumbrecht e Huyssen apontam duas das possibilidades de leitura de nossa cultura histórica. O primeiro apresenta a desconfiança da possibilidade de se aprender efetivamente com a história, de apreendê-la como um vetor orientador para o presente e se projetar para um futuro aberto de possibilidades. Isso não quer dizer que o futuro não “exista” mais, pelo contrário, ele ainda se manifesta no horizonte. No entanto, nas proposições de Gumbrecht, esse futuro é catastrófico. Estamos à beira de um colapso. A história ainda figura como um conhecimento fascinante, mas seu efeito é de curta duração. A partir

22 HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 19.

disso, o segundo compreende que se forma nessa mesma sociedade o medo do esquecimento. Há uma busca incessante por produzir uma cultura de memória capaz de guardar tudo, mas falha ao produzir o efeito contrário, o da amnésia, agravando ainda mais o cenário de descrença sobre o conhecimento histórico.

Diante desses dois últimos exemplos, ampliamos nossa defesa, seja como historiadores ou agentes no mundo, por reaquecer alguns debates sobre a nossa relação com o tempo, a história e o passado como objeto ou não de investigação historiográfica. A discussão sobre a distância histórica recupera o fôlego na medida em que pensamos as formas de escrever história sem nos afogarmos em formas tradicionais de fazê-lo, mesmo que isso seja fundamentalmente difícil, e compreendemos que, em última instância, aqui também não conseguimos fugir absolutamente disso.

O século XIX, com suas teorias românticas, classificadas por Mark Bevir como progressistas, sempre enfatizava uma espécie de natureza original, significativa e até mesmo espiritual da história entendida como uma unidade progressiva. Segundo o autor, sob o ponto de vista dos historiadores progressistas, as narrativas históricas eram construídas a partir da continuidade e progresso fundamentado em princípios teleológicos e materiais, com a questão da distância histórica raramente colocada. Historiadores empiristas compreendiam a passagem do tempo como facilitadora de uma perspectiva abrangente e imparcial. Aqui, pode-se dizer que há um distanciamento material do passado²³. Esse tipo de leitura da história impunha a necessidade de uma distância emocional para que houvesse objetividade no fazer historiográfico. A historiografia brasileira do final do século XIX tendia a seguir por esse caminho.

Tristão de Alencar Araripe defendia, em suas *Indicações sobre a história nacional*, de 1894, o modo de se escrever a história do Brasil e o

23 BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, p. 11-28, 2015. p. 13-15.

dever do historiador. Envolto no *ethos* do historiador oitocentista²⁴, defendia que o “escritor brasileiro” deveria antes de tudo dar ideia completa e cabal da vida do povo. Para o membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a história nacional era a política por excelência. Ao se defrontar com a história da legislação, da administração pública, da indústria e seu progresso, entre outras, o historiador deveria ser metuculoso e pintar com perfeição as características verdadeiras da história da nação. Glorificar a pátria e compreender a vida social era um ato que exigia o máximo rigor²⁵. Não há nessas definições espaço para sentimentalidade. O amor pátrio aparece mais como dever cívico do que como sensibilidade. A história em último grau tem uma dupla utilidade que a aproxima de uma leitura mais racional do passado nacional, ou seja, a instrução e a justiça.

Na perspectiva posta por Bevir, os historiadores progressistas acreditavam em princípios materiais e teleológicos para compreender o passado em termos condicionados pelo presente. Isso seria rompido quando os historiadores, chamados por ele de *modernos*, negaram esses princípios. Para esses historiadores modernos, a superação da distância histórica se daria pela adesão de métodos rigorosos e pelo uso da teoria da história. Tal visão de História acompanhou os historiadores ao longo do século XX. A teoria e o método foram considerados a chave para o fazer historiográfico que chegasse o mais próximo possível da verdade ou, pelo menos, que abrisse caminhos para o conhecimento sobre o tempo.

Frank Ankersmit afirma que, embora essa questão seja de ordem fundamental para a escrita da história, ela raramente é matéria de reflexão dos historiadores e mesmo dos filósofos da história, que mais se ocupam em descrever os fenômenos temporais do que

24 Cf. TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, mar. 2009.

25 ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 57, p. 259-290, 1894.

pensar profundamente as condições de formação do tempo²⁶. Essa afirmação de Ankersmit não nos parece descabida, principalmente quando observamos a formação de jovens historiadores. Não é incomum depararmos com estudantes de história que entendem o tempo como um problema exclusivo da Teoria da História e que acabam rechaçando uma problematização mais profunda sobre essa grandeza em seus estudos.

Mesmo adotando uma postura em que a sensibilidade toma acento na produção científica, tanto através da teoria quanto no método, a distância histórica, a partir desses termos, não perde o controle como modulador do tempo. O tempo não é dado, ele é construído a partir de engajamentos e desapegos. Lembrar e esquecer, aproximar e afastar de determinado objeto tem uma força retórica e formal, mas também política. Posicionar nosso leitor e nos posicionarmos mediante a narrativa histórica nos conduz a lugares ideológicos que dizem muito sobre nós e sobre o nosso texto. Mark Salber Phillips defende a positividade do termo e do emprego da distância histórica. Assim como proposto por Bevir, Phillips salienta que usualmente a categoria está atrelada à objetividade, assumindo uma função de temporalidade, clareza de visão que vem com a passagem do tempo. Não obstante, essa objetividade é apenas o ponto de partida, pois cada narrativa histórica assume um peso temporal diferente e a tarefa de posicionar a audiência em relação ao passado²⁷.

Phillips argumenta que a distância histórica é a busca pela inteligibilidade e compreensão da história. Sua narrativa confere, em muitos momentos, plasticidade ao tempo histórico, definível pela forma na qual essas tais plasticidades são constituídas ao longo da narrativa. Ela é o exercício do desapego e consciência histórica. O au-

26 ANKERSMIT, Frank. Tiempo. In: MUDROVICIC, María Inés; RABOTNIKOF, Nora (coords.). *En busca del pasado perdido: temporalidad, historia y memoria*. México: Siglo XXI Editores/Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. p. 29.

27 PHILLIPS, Mark Salber. Relocating inwardness: historical distance and the transition from enlightenment to romantic historiographt. *PMLA*, [S.l.], v. 118, n. 3, pp. 436-449, may 2003. Special Topic: Imagining History. p. 438.

tor se vale da analogia pensada por Eric Hobsbawn quando compara a história moderna e a maturidade da nação com a vida adulta:

este processo é identificado com a idade adulta: crescemos e aprendemos a ver as coisas em perspectiva, embora com alguma nostalgia pela vivacidade perdida da infância. Por analogia, a consciência da distância histórica é calculada como a maturidade das nações: um estágio de consciência muito distante da simplicidade de eras anteriores, que expressou sua visão da história nas cores vivas das crônicas e das lendas românticas. Na modernidade, no entanto, nos tornamos tão sintonizados com as discriminações do tempo histórico que torna possível ser brincalhão sobre a consciência do tempo de maneiras que antes não seriam impensáveis. Como modernos, observamos os anacronismos de Shakespeare com indulgência, nunca nos preocupando que um estadiamento inventivo de Júlio César se estabelecesse no *gangland* Chicago pode parecer um deslizamento. Da mesma forma, encontramos prazer em cenas de santos antigos que caminham pelas ruas de Bruges ou Siena medievais, atraídos por uma exibição de fé que parece ser mais sincera por ser inocente da passagem do tempo.²⁸

Pensar modernidades, construções de identidades e forjar a história nacional podem ser intimamente ligados ao movimento de projetar o nosso olhar tanto para o passado quanto para o futuro ao mesmo tempo. A distância a ser criada nessa dupla direção molda o caráter da narrativa deixando inúmeras marcas, esperadas ou não.

28 No original: “*this process is identified with adulthood: we grow up and learn to see things in perspective, albeit with some nostalgia for the lost vividness of childhood. By analogy, awareness of historical distance is figured as the maturity of nations: a stage of consciousness far removed from the simplicity of earlier ages, which expressed their view of history in the bright colors of chronicles and romantic legends. In modernity, however, we have become so attuned to discriminations of historical time that it becomes possible to be playful about time-consciousness in ways that would have been unthinkable earlier. As moderns, we note Shakespeare’s anachronisms with indulgence, never worrying that an inventive staging of Julius Caesar set in gangland Chicago might look like a slip. Equally, we find pleasure in scenes of ancient saints walking the streets of medieval Bruges or Siena, attracted by a display of faith that seems all the more sincere for being innocent of time’s passing*”. Idem. Rethinking historical distance: from doctrine to heuristic. *History and Theory*, Hoboken, n. 50, p. 11-23, dez. 2011.

Batemos novamente na tecla das disputas sobre as escritas do tempo e da história da nação. No embate acerca do que e como falar do passado e do presente nacional, a construção de distância, que vai muito além da comprovação documental e das ardilosas pesquisas científicas, tem uma força primordial baseada em fatores emocionais, formais, ideológicos e estéticos; constituída de continuidades e rupturas, sincronia e diacronia, orientação e anacronismo.

A historiografia brasileira em constante processo de transformação tem, no final do século XIX, sobretudo nos anos iniciais da Primeira República, um novo momento de disputa pela produção de um passado comum para a nação. Angela de Castro Gomes nos lembra de que os processos de construção de identidade são inconclusos e permanentes. Eles se manifestam a partir de dimensões simbólicas que envolvem invenção, divulgação, imposição e a adesão de um grupo a ideias, valores, crenças e ideologias²⁹. As identidades surgem como organizadoras do mundo social diante de um tempo ordenado por uma ideia de modernidade orientadora. Não obstante, sua definição não se apresenta tão simples. Ao mobilizarmos a categoria distância histórica e destacarmos a força das modulações temporais e suas múltiplas direções, sobretudo no recorte por nós estudado, a disputa política e intelectual pela construção da identidade nacional brasileira não nos permite categorizar o elemento homogeneizador desse suposto mundo social no final do século XIX.

Isso naturalmente se dá devido ao fato de que as identidades, principalmente de grupos nacionais, não seguem apenas um e claro plano. O contexto de instauração do regime republicano é marcado, assim como seu período de consolidação nos primeiros anos do século XX, por leituras diversas sobre o passado e futuro do Brasil. Joaquim Nabuco, em uma conferência³⁰ realizada em 1908 no Spa-

29 GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 29.

30 NABUCO, Joaquim. O espírito de nacionalidade na história do Brasil. In: NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá, 1911. p. 121-137.

nish Club da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, profere um discurso de exaltação do país, um exercício de ufanismo que marcava, no passado nacional, o impulso para o desenvolvimento moral e idealista do país. Há um esforço sistemático e romanesco em defender a existência, desde os tempos coloniais, de um espírito de nacionalidade. Mesmo que a independência tenha sido efetivada apenas em 1822, a essência do brasileiro já era perceptível séculos antes. Em um momento posterior em nosso artigo mostraremos que esse é um argumento que acompanha os intelectuais brasileiros desde a fundação do Romantismo como principal matriz cultural brasileira na primeira metade de 1800.

Afonso Celso, em *Porque me ufano do meu país*³¹, de 1901, também aponta para uma leitura que tende a mostrar o Brasil como o país do futuro. Essa obra carrega em seu cerne um projeto de pedagogia nacional baseada na moral, no patriotismo e no civilismo. Afonso Celso busca uma aproximação intimista com as características geográficas que formam e destacam o Brasil em relação ao resto do mundo. Há outros tantos exemplos que nos permitem pensar os caminhos percorridos para a formação da identidade nacional naquele momento de forte transição política. José Veríssimo, de modo diferente, também destacava certa pedagogia como meio fundamental para o desenvolvimento do espírito nacional. Em um pequeno artigo, considerado por nós como seminal, no primeiro número do *Almanaque Brasileiro Garnier*, Veríssimo relega à leitura o papel de estabelecimento cultural e civilizatório da sociedade. O desenvolvimento de uma cultura da leitura era, para ele, o pilar de uma sociedade moderna.

Não seria desinteressante, nem inútil saber, se é certo, como parece, o diz-me o que lê, dir-te-ei quem és. Seria mesmo um prestadio estudo subsidiário de uma futura história da nossa cultura e civilização, que podia ser uma história da nossa cultura e civilização, que podia ser

31 CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. 4. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier Editor-Livreiro, [1900].

uma história da nossa literatura, tomada esta expressão no seu sentido mais amplo, acompanhada da história da nossa sociedade.³²

Conhecer o Brasil, ter as condições de buscar a unidade moral e social, ao menos do ponto de vista de intelectuais do período destacado, estava também atrelado ao hábito de ler, de identificar os elementos culturais a partir de obras fundamentais de grandes nomes das letras. O *Almanaque Garnier*, por exemplo, aponta Eliana Dutra, teve um papel importante para definir o cânone literário e historiográfico no início do regime republicano. Autores como Silvio Romero e sua *História da literatura brasileira*, Oliveira Lima e a *História diplomática do Brasil*, Manoel Bonfim com *América Latina*, Felisbello Freire com *História territorial do Brasil*, Graça Aranha com *Canaã*, entre outros eram apresentados como importantes intérpretes da realidade nacional e possuíam forte potencialidade como definidores da identidade que se apresentava³³.

Compreendemos usualmente que a história moderna lê o tempo e suas transformações para projetá-lo ao futuro e que, sob o olhar teológico, a narrativa possui cadência e orientação. Nossa proposta é pensar a distância histórica como uma categoria que pode, em certas circunstâncias, reforçar ou negar esse posicionamento. A citação de Mark Salber parece fazer mais sentido aqui. A distância histórica somada à visão moderna de história permite que entendamos algumas escolhas temporais. Nem sempre o anacronismo, por exemplo, aparece como um erro fundamental, mas como um efeito que pode ser empregado ao texto para auxiliar o argumento, seja para romper ou continuar um momento histórico específico.

32 VERÍSSIMO, José. O que liam nossos maiores. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Anno I. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1903. p. 161.

33 Sobre o Almanaque Brasileiro Garnier, cf. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

É nesse sentido que voltamos nossos esforços investigativos para pensar a modulação do tempo em um momento de fortes transformações políticas e sociais que influenciavam de maneira significativa a ordem do tempo nacional no Brasil. A passagem do século XIX para o XX é interessante nesse sentido não apenas pela troca radical de regime, mas pela ratificação, e não inauguração, de um tempo plural que colocava também em disputa a modernidade a ser seguida. Nos próximos tópicos mobilizaremos alguns autores para demonstrar não apenas possíveis projetos para a nação, mas também a forma de mobilização do tempo para esses autores. O elemento nostálgico será destacado, de maneiras diversas, como um modo de produção de presença e distância. Em já citado momento de transformações, leituras de passados, próximos e remotos, dão a tônica das disputas sobre que história narrar. O Romantismo, como meio de interpretação do Brasil, ainda vigorava, mesmo que de forma latente, entre uma parcela dos intelectuais brasileiros.

3. A saudade como componente historiográfico

No limiar da década de 1890, Joaquim Nabuco publicou um de seus ensaios mais conhecidos e que sempre desperta a curiosidade do leitor em relação aos aspectos sentimentais desse crítico literário. *Massangana* é um convite a alguns traços da intimidade de Nabuco. O ensaio, que também incorpora o livro *Minha formação*, de 1900, relata seus primeiros oito anos de vida, quando viveu no engenho Massangana, no Pernambuco, aos cuidados da madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho. Absolutamente descritiva, a narrativa é repleta de ornamentos que conduzem o leitor a uma experiência estética que produz certa empatia estabelecendo, dessa maneira, um tipo de imaginação romântica diante do passado narrado.

A lembrança dos tempos naquele engenho é uma clara e nostálgica autoinserção em um passado memorável e positivo, considerado por Nabuco como uma fase fundamental de sua formação íntima, política e moral. Isso era possível pela relação harmoniosa com o lugar em que foi criado. Há uma forte marca de presentificação dessa

narrativa memorial. Não obstante, o desenrolar das páginas produz uma sensação de tangibilidade daquele passado que, embora pareça muito distante, se aproxima do leitor por meio de uma leve narrativa, pouco densa, mas que permite uma reconstrução imagética daquela terra, “*uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo*”³⁴.

Esforço de lembrança, este, de um homem de idade já avançada, embora não fosse velho, que em um momento de absoluta e incontestável maturidade intelectual deixa brevemente de lado as transformações da vida adulta para, em um salto temporal, atribuir à sua meninice e, conseqüentemente, às primeiras experimentações do mundo as marcas de sua identidade. Essa escolha de Nabuco nos chama muito atenção pelo tipo de distanciamento que se constrói na narrativa. Uma vez que, novamente, o texto é carregado de uma leitura íntima de sua formação, ele nos apresenta como um relato orgulhoso de um tempo em que natureza, religião, família e solidariedade caminhavam juntas.

Em um jogo de aproximações e afastamentos daquele passado narrado, permite que o leitor tenha diferentes sensações ao longo do texto. A terra, a paisagem local é evocada num exercício de trazer Massangana mais próxima. A descrição da natureza se compõe através de imagens que ao mesmo tempo em que parece contemplativa, tem valor moral por meio da ação do homem³⁵. A citação a seguir é longa, mas elucidativa nesse sentido:

34 NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 166.

35 Traço forte e marcante da busca pela identidade nacional brasileira, a construção de narrativas em que o papel da natureza ganha seu destaque em Joaquim Nabuco, matéria que discutiremos mais profundamente ao longo da tese. Não é ilícito dizer que no Arcadismo e numa literatura pré-nacional o elemento “natureza” aparece como central para caracterizar os particularismos brasileiros. No Romantismo foi um traço *sine qua non* para despertar a sensibilidade do gênio. Evocar a natureza, se debruçar sobre ela e descrevê-la são marcas que continua no Realismo, Naturalismo e nos movimentos Modernistas. Nabuco, aqui, parece estar em uma fase que Nicolau Sevcenko classificaria como passagem do momento romântico em que, de um lado, a natureza ganha um *status* decorativo, representado por profundas descrições ornamentadas e de experimentação íntima e direta, de José de Alencar, por exemplo; de outro, a natureza ganha um foro utilitário, pragmático, indireto, tendo Vicente de Carvalho como representante dessa

No centro do pequeno cantão de escravos levantava-se a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem, e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Marcos. Pelo declive do pasto, árvores isoladas abrigavam sob sua umbela impenetrável grupos de gado sonolento. Na planície estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós, que sombreavam de lado a lado o pequeno rio Ipojuca. Era por essa água quase dormente sobre os largos bancos de areia que se embarcava o açúcar para Recife; ela alimentava perto da casa um grande viveiro, rondado pelos jacarés, a que os negros davam caça, e nomeado pelas suas pescarias. Mais longe começavam os mangues que chegavam até a costa de Nazaré. Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das grandes tachas em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante, pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, era agradável e balsâmica, depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim.³⁶

Há no trecho destacado uma ordem e harmonia entre homem e a terra. O olhar voltado para o rio Ipojuca, para as sombras das árvores usadas de abrigo para o descanso do gado não longe do canal desperta a sensibilidade do autor e dá vivacidade a aquela paisagem. A romântica lembrança aguça os sentidos por meio do aroma do mel, das flores e pelo do canto noturno do potente bacurau. Aqui certamente não é uma *madalena* proustiana, pois a lembrança da infância não vem da experiência direta desses elementos. Ao mesmo tempo,

forma de leitura. Enquanto o primeiro vislumbra e contempla a natureza, o segundo projeta seu potencial econômico. Ainda assim, o panorama que se constrói em ambas as visões é de ufanismo e pertencimento. A natureza faz parte da construção do ser brasileiro e não poderia ser ignorada por Nabuco. Sobre a questão da natureza decorativa *versus* natureza utilitária, cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

36 NABUCO, op. cit., p. 166-167.

há certa racionalidade na integração daquela natureza domada. É daquele canal que se extrai a matéria-prima do açúcar que será mandado a Recife, o rio é o lugar de trabalho dos pescadores, o gado não é mera composição de um cenário bucólico.

O efeito de proximidade é que faz despertar essa memória sensorial. Assim, em um movimento contrário, o de voltar fisicamente ao local da infância, não mais dá vivência ao pretérito, mas confirma a passagem do tempo e se faz lembrar a irreversibilidade do passado. Voltando à mesma capela de São Marcos, aos 20 anos, a comoção de Joaquim Nabuco em relação ao velho engenho pernambucano é claramente outra. Concedemos novamente a palavra a Nabuco:

Tornei a visitar 12 anos depois a capelinha de São Marcos onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta *fábrica*, como se chamava o quadro da escravatura... Embaixo, na planície, brilhavam como outra as manchas verdes dos grandes canais, mas a usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. A almanjarra desaparecera no passado. O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo. O engenho apresentava do lado do “porto” o aspecto de uma colônia: da casa velha não ficara vestígio.³⁷

O elemento nostálgico perpassa por todo esse relato. A saudade da infância em que convivia com os escravos da madrinha e a descoberta da religiosidade expunha um tempo em que se sentia marcado pela ingenuidade e esperança. Essas marcas já não pareciam tão fortes ao falar sobre isso. Havia um isolamento temporal, como se Nabuco se sentisse exiliado no tempo. As constantes travessias do

³⁷ *Ibidem*, p. 174-175, grifo e reticências do autor.

Atlântico catalisavam a sensação dessa emoção histórica nostálgica. A partir disso, o apelo à nostalgia em sua visão sobre a história não pode ser interpretado seguindo as proposições do século XIX como sendo uma espécie de descontrole da razão, um uso excessivo da imaginação que prendia os homens ao passado em seu manifesto desejo de voltar para casa³⁸. Nabuco não intencionava o retorno daquele passado guardado em Massangana, mas anunciava o reconhecimento de sua irreversibilidade e da diferença em relação ao presente. Ali estavam depositadas as potencialidades de futuro.

A nostalgia não aparece na obra de Nabuco como algo circunscrito à sua biografia. Parece-nos bastante claro que essa emoção está sempre presente como elemento forte de leitura do mundo, para o autor. Nabuco, em uma de suas séries de conferências sobre *Os Lusíadas* e Camões, destacava a saudade como uma emoção ligada também ao amor e como uma expressão que diferenciava a língua portuguesa de outras³⁹. Esse conceito emocional não apenas é diluído em imagens românticas do passado, mas também definido de maneira direta pelo autor, como é possível ver neste trecho de 1909:

Mas como traduzir um sentimento que em língua nenhuma, a não ser a nossa, se cristalizou numa única palavra? Consideramos e proclamamos esse vocábulo o mais lindo que existe em qualquer idioma, a pérola da linguagem humana. Ele exprime as lembranças tristes da vida, mas também suas esperanças imperecíveis. Os túmulos trazem-no gravado como inscrição: *saudade*. A mensagem dos amantes entre eles é *saudade*. *Saudade* é a mensagem dos ausentes à pátria e aos amigos. *Saudade*, como vedes, é a hera do coração, presa às suas ruínas e crescendo na própria solidão. Para traduzir-lhe o sentido, precisaríeis, em inglês, de quatro palavras: *remembrance*, *love*, *grief* e *longing*. Omitindo uma delas, não se traduziria o sentimento completo. No entanto, sau-

38 FELIPPE, Eduardo Ferraz. Renovar votos com o futuro: nostalgia e escrita da história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 25, p. 117-134, dez. 2017. p. 125.

39 NABUCO, Joaquim. Os Lusíadas como a epopeia do amor. In: NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguila, 1911. p. 79-106.

dade não é senão uma nova forma, polida pelas lágrimas, da palavra *soledade*, solidão.⁴⁰

Como condição humana, a nostalgia é um elemento que acompanha as transformações da modernidade e faz parte de um repertório básico de experiências⁴¹. Como conceito forte, seja por tradição seja por um tempo que não existe mais ou nunca existiu⁴², ela é capaz de modular memórias individuais e coletivas⁴³. A nostalgia por muito foi entendida como um sintoma ou causa de buracos entre significantes e significados, uma doença que passou do estágio físico para o social e se transformou, numa análise conservadora, em uma abdicação da memória, um desejo inútil por um mundo ou um modo de vida do qual alguém é irrevogavelmente separado⁴⁴.

O neologismo nostalgia, criado por Johannes Hofer em sua tese de medicina *Dissertatio medica de nostalgia*, publicada em 1688, une duas raízes gregas: *nostos* (voltar a casa) e *algia* (anseio). Esse desejo de voltar para casa ao longo de sua história passou por diversos usos e significados, de doença com grande impacto físico no ser humano a um uso político anti-histórico. A tese de Hofer, aqui muito reduzida, recaía na hipótese de que os soldados suíços que serviam em terras estrangeiras sofreram de uma doença melancólica atribuída à saudade da terra natal. Uma doença da memória que trazia para o corpo a aversão aos costumes estrangeiros, propensão ao isolamento, notável

40 Idem apud DAMATTA, op. cit., p. 28, grifos do original.

41 FREIXO, André de Lemos; ABREU, Marcelo Santos de; MATA, Sérgio da. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, abr. 2017. p. 139.

42 BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, 2017.

43 SCANLAN, Sean. Introduction: nostalgia. *Iowa Journal of Cultural Studies*, Iowa, v. 5, p. 3-9, 2004. p. 3-4.

44 STAROBINSKI, Jean. The idea of nostalgia. *Diogenes*, Thousand Oaks, v. 54, p. 81-103, 1966. p. 101.

senso de injustiça, frustrações e uma série de outros sintomas⁴⁵. Uma doença que supostamente afligia apenas soldados suíços também pode ser identificada em outros contextos, inclusive não europeu.

Já no século XIX, Joaquim Manuel de Macedo apresentava sua tese de medicina intitulada *Considerações sobre a nostalgia*, de 1844. Em seu ensaio, que parece mais apresentar o histórico e os principais sintomas da doença do que propor tratamentos mais complexos, Macedo pondera que a nostalgia não era comum entre os brasileiros, uma vez que a jovem nação não dispunha de soldados em *fronts* externos. Assim, os sintomas coletivos eram incomuns. No entanto, entre os negros africanos os diagnósticos eram mais visíveis, principalmente naqueles que haviam chegado recentemente ao país⁴⁶.

A tese de Macedo revela outra leitura para a nostalgia que estava diretamente ligada ao Romantismo: seu fenômeno filosófico. Essa virada, que embora não se afastasse completamente dos preceitos médicos apresentados no século XVII, já apontava para uma ressignificação da relação entre nostalgia e história. Entre os estudiosos do conceito em questão, foi Jean Jacques Rousseau quem abriu o caminho para essa nova forma de pensar a nostalgia, mesmo não usando o termo, quando inclui em seu *Dicionário de música*, de 1767, o estudo sobre o *ranz des vaches*. Esse gênero musical – segundo Rousseau, amado pelos suíços – era proibido de ser executado para as tropas, sob pena de morte. Ele despertava forte emoção que levava os soldados às lágrimas, desejo de deserção ou até mesmo à morte. Como observa Rousseau, esses efeitos são nulos aos estranhos e seria vã a tentativa de localizar o acento energético para descobrir as causas que produziam tais efeitos. A hipótese que o filósofo levanta é de que o *ranz des vaches* não surtia efeito em “outros”, pois tais propriedades não eram da música em si, mas um sinal memorativo que despertava

45 DIEGO, Feliberto Fuentesnebro de; OTS, Carmen Valiente. Nostalgia: a conceptual history. *History of Psychiatry*, Thousand Oaks, v. 25, n. 4, p. 404-411, 2014. p. 405.

46 MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. p. 51.

emoções daqueles que estavam intimamente ligados à terra pátria, a Suíça, nesse caso⁴⁷.

Para Niels Feuerhahn, além de desnacionalizar, Rousseau desnatura a nostalgia. Nessa perspectiva, ela passa a ser mais um distúrbio psicológico do que físico, propriamente. A ela, segundo o filósofo iluminista, não deveria ser atribuída uma característica natural, mas uma característica de enculturação. O nostálgico está longe da pátria e é atormentado pela sua memória com certa faculdade mental que armazena imagens e que, ao mesmo tempo, remete ao passado, mas não o representa como tal⁴⁸. Ao longo dos séculos XVII e XIX, a noção de nostalgia passou por transformações significativas. Ao ser cada vez mais associada às emoções, a uma era de sensibilidade, o conceito se aproximou da visão de mundo romântica⁴⁹.

Das transformações e usos do conceito de nostalgia, o que mais nos chama atenção, e recai para as disputas contemporâneas acerca de sua definição, é a nostalgia como um problema de ordem política e histórica. Marcos Piason Natali compreende a nostalgia como um movimento que por vezes se mostra anti-histórico, indo na direção contrária à modernidade. Ele entende que foi na promessa de futuro e na compreensão da irreversibilidade do tempo que a nostalgia pode ter sido vista como prejudicial ao bem-estar dos indivíduos e das coletividades. Portanto, com a consolidação da historiografia como gênero dominante de representação do passado, a nostalgia pode ser censurada devido às suas imprecisões⁵⁰. Essa visão negativa acerca da nostalgia tem seus pontos necessários de divergência. Em um futuro aparentemente cada vez mais catastrófico, o estudo sobre a nostalgia e sua capacidade de modulação do tempo nos parece urgente.

47 ROUSSEAU, Jean Jacques. *A complete dictionary of music*. 2. ed. Dublin: Luke White, 1779. p. 266-267.

48 FEUERHAHN, Niels. *Nostalgia and the displacement of identity: a time-based analysis of the Unheimlichkeit of Nostalgia*. 2015. 383 f. (PhD Thesis in Philosophy) – University of Guelph, Guelph, 2015. p. 9-10.

49 DIEGO; OTS, op. cit., p. 408.

50 NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin, 2006. p. 68.

Entendemos que sua estrutura é complexa e atende a dimensões que variam de doença cerebral e desespero sobre passados perdidos à elevação de conceitos de emoção positiva e felicidade⁵¹.

Dessa maneira, nossas investigações procuram estabelecer uma relação com a nostalgia que evidencia suas características políticas e estéticas como prerrogativas emocionais para representar e modular o tempo. A concepção trabalhada por Svetlana Boym nos é cara nesse sentido. A nostalgia, mais do que uma expressão de saudade, configura-se como chave para compreender o tempo e o espaço⁵², podendo evidenciar e provocar distâncias. Como ato de sensibilidade, podemos esperar certas contradições. Uma delas é que, mesmo dotando a ideia de nostalgia como um sintoma da modernidade, ela também exalta certas quebras de concepções fechadas de tempo. Voltando-se simultaneamente para o futuro e para o passado, a nostalgia é o anseio por um tempo diferente, não necessariamente a saudade de um lugar, como a etimologia da palavra supõe. Isso a torna complexa na medida em que podemos entendê-la não somente como apoio sentimental para algo depositado no passado e ao qual não se pode mais ter acesso, mas também como artifício que pode gerar sensações de presença através das possibilidades do ter sido.

O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o verdadeiro lar com aquele imaginado. Em casos extremos ela pode criar uma terra natal fantasma, em nome da qual alguém está pronto a morrer ou a matar. A nostalgia irrefletida pode gerar monstros. Contudo, o sentimento propriamente, a dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, está no cerne mesmo da condição moderna. Ao reclamar uma pátria pura e limpa, a política da nostalgia comumente produz um híbrido “glocal” de capitalismo e fundamentalismo religioso ou de estado corporativo e patriotismo eurásico. A mistura de nostalgia e política pode

51 SEDIKIDES, Constantine; WILDSCHUT, Tim; BADEN, Denise. Nostalgia: conceptual issues and existential functions. In: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander; PYSZCZYNSKI, Tom (eds.). *Handbook of experimental existential psychology*. New York: Guilford, 2004. p. 200-214.

52 BOYM, op. cit., p. 154.

ser explosiva.⁵³

Boym caracteriza dois tipos básicos de nostalgia: a restauradora e a reflexiva. De acordo com a autora, a nostalgia restauradora não se percebe como nostalgia, mas como verdade e tradição. Busca, quase melancolicamente, o retorno a um original que ao mesmo tempo está distante e é recuperável. A nostalgia reflexiva, por sua vez, coloca em dúvida a verdade absoluta dando espaço para o pertencimento e a saudade humanos, não se desviando das contradições da modernidade. Ponto que nos parece fundamental acerca da nostalgia reflexiva é sua forte preocupação com o tempo histórico, com a irrevogabilidade do passado e da finitude humana⁵⁴. Embora seja possível a sobreposição desses dois tipos de nostalgia em momentos-chave, nosso trabalho se interessa, principalmente, pela reflexiva, pois entendemos que, a partir de sua mobilidade – e aqui projetamo-nos para o final dos anos 1800 no Brasil – o passado poderia ser ressignificado.

4. Que história escrever? A latência do Romantismo como interpretação da nação

Como já salientado, um dos problemas centrais de nossa pesquisa é a reflexão sobre as permanências do Romantismo como estética e experiência do mundo. Nossa hipótese repousa no conceito de que, embora a história da literatura e da historiografia tenham tradicionalmente insistido na ideia de que esse movimento tenha acabado no início da década de 1880 com os adventos do Naturalismo e do Realismo, efetivamente isso não ocorre. Entendemos que há motivações fortes para que esse tipo de “etapismo” seja construído. Assim como no sepultamento do Arcadismo pelos românticos, há exageros

53 *Ibidem*, p. 155.

54 *Ibidem*, p. 159-161.

e anacronismos, eles são retórica e politicamente construídos. Essa construção provoca distanciamentos que modulam o tempo e realocam o posicionamento de autores e leitores por meio de representações do passado. A nostalgia é uma das forças que estimulam quebras no tempo e surgimento de tais distâncias.

Aparentemente, o contexto cientificista impediria que manifestações românticas pudessem acontecer, tanto na historiografia quanto na literatura. Ideias baseadas no darwinismo social, positivismo, spencerianismo, naturalismo experimental etc. imporia uma historiografia que se afastaria do centralismo monárquico fundamentado em tradições, ao culto dos fabricados heróis do passado e do *status quo* imperial⁵⁵, dando lugar a análises sociológicas mais profundas e de caráter cientificista⁵⁶, bem como uma literatura que fosse cada vez mais realista, menos idealista e que tentaria desqualificar o Romantismo por meio de sátiras, como é profundamente perceptível em romances como *A mortalha de Alzira*, de Aluísio Azevedo⁵⁷, que nem sempre surtiam o efeito desejado. Compreendemos que o ambiente discursivo do final do século XIX ainda estava aberto para experiências sentimentais, como observamos brevemente com Joaquim Nabuco, ao mesmo tempo em que se negava essa possibilidade. Era um momento de forte saturação. Como exercício analítico, chamaremos esse esforço sentimental – mesmo que não seja a conotação desejada – de pós-Romantismo⁵⁸ ou, ainda, Neorromantismo⁵⁹. Para que pos-

55 VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

56 MOLLO, Helena Miranda. História geral do Brasil: entre o espaço e o tempo. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 99-118.

57 AZEVEDO, Aluísio. *A mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1894.

58 HELENA, Lucia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006. p. 38.

59 LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 37.

samos, então, clarificar nossa escolha, nos apropriamos do conceito de *Spätzeit*, amplamente desenvolvido por Walter Moser⁶⁰.

Esse conceito é pertinente para o estudo das reconfigurações da estética pós-romântica no final dos oitocentos. É uma chave de leitura que permite a compreensão do caos teórico vigente nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do XX. Para Moser, o *Spätzeit* se configura a partir do momento em que uma experiência sociopolítica entra em crise. Todo sistema tem seu momento de ascensão e otimização, e não é possível medir sua duração de forma precisa. Essa experiência, a partir de um ponto determinado, tende a perder energia e entra em um período de declínio. Um sistema não vigora sozinho, pode até ser hegemônico, mas não único. Diante disso, a sociedade na qual essas experiências coabitam adquire a sensação de saturação, muitas vezes gerada por um acúmulo de ideias e discursos. A partir desse momento, as possibilidades de criar algo completamente original passam a ser questionadas: um sentimento de melancolia e nostalgia, levando à valorização do passado e à marginalização da produção contemporânea. Não obstante, na perspectiva de Moser, essa secundarização não se configura como algo necessariamente negativo. Ela se torna a possibilidade de transformação discursiva no futuro, uma espécie de preparação para transformações que deverão readequar sistemas de ideias vindouros.

Nesse sentido, entendemos que essa possibilidade de transformação positiva do *Spätzeit* tende, ao mesmo tempo, a produzir sensação de nostalgia, como já apontado anteriormente, e uma sensação oposta, a de utopia. Nostalgia e utopia são conceitos-chave para compreender o Romantismo em suas dimensões emocionais. Elias Thomé Saliba também entende que esse é um cenário em que a utopia se manifesta como horizonte sentimental e orientador. Para o autor, as formatações utópicas românticas se confundiam com os esforços em entender e tornar inteligível o mundo real e a nascente sociedade

60 MOSER, Walter. *Spätzeit*. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

industrial que se organizava entre os séculos XVIII e XIX⁶¹. As utopias românticas se apresentavam *pari passu* ao conceito moderno de história por rechaçar um tempo imóvel oriundo da experiência temporal vinculada ao eterno retorno para se lançar às transformações progressivas da história.

A utopia nasce como gênero literário e discurso político⁶². Enquanto a nostalgia é o anseio pela volta a casa, a utopia é o não lugar. As utopias não têm lugar definido, são peças do imaginário centradas na palavra e aspiram existência⁶³. Em seu sentido original, as utopias estão associadas à questão da ideologia. Compõem um conjunto de ideias e crenças que dão sentido e norteiam comportamentos. As utopias são a criação imaginária de uma sociedade em que as realizações de homens e mulheres são marcadas por valores de igualdade, justiça e bem-estar comum⁶⁴. O esfacelamento desses valores em uma sociedade cujas práticas (ou falta delas) são movidas pela expansão do capitalismo, pelo consumo e pelo fetiche do original tende a produzir uma incessante busca pelo passado idealizado⁶⁵.

Ao mesmo tempo em que se estabelece como um dos componentes da modernidade, as utopias românticas marcam também uma forma de evasão⁶⁶. Essa evasão modula o tempo nacional a partir da literatura estabelecendo marcas míticas na temporalidade. O indianismo, por exemplo, como um dos instrumentos definidores da identidade nacional brasileira no século XIX, suporta o lugar utópico

61 SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 58.

62 CHAUI, Marilena. Notas sobre a utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. spe. 1, p. 7-12, jul. 2008. p. 7.

63 SANTOS, Luciana Alves dos. A utopia da linguagem em *A Caverna*, de José Saramago. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 4, p. 1-10, 2009. p. 1.

64 BASTAZIN, Vera. Utopia como ato escritural. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 2009. p. 2.

65 IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As utopias românticas. In: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (orgs.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxismo insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 107-116. p. 107-108.

66 SERRA, Tânia Rabelo Costa. Utopia e hegemonia no indianismo. *Cerrados*, Brasília, n. 6, p. 113-118, 1999.

onde se projeta no passado idealizado os germes do povo. Na busca pelo lastro no passado pré-cabralino, o indianismo tenta estabelecer uma imagem temporal ideal sobre o ser fundacional. Como ferramenta estética e formal, componentes para estabelecer distância, impõe leituras sobre o passado que convergem em campos ideais para reforçar um projeto. Podemos observar isso no texto de 1836, *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, de Gonçalves de Magalhães, em que o literato estabelece as primeiras definições sobre a literatura romântica brasileira.

Na ocasião, Magalhães compreende a necessidade não somente de definir o que era a literatura nacional, mas de estabelecer uma cronologia para ela. Em um país jovem como o Brasil, que ainda tinha um grande caminho a percorrer no processo de consolidação do novo Estado e para o estabelecimento dos matizes formadores da nação desassociada de Portugal, *não poderia atribuir o início da literatura para aquele mesmo momento. Estabelecem-se* nos argumentos do poeta duas relações temporais diferentes que reafirmavam o lugar da literatura nacional. Em primeiro lugar, Magalhães atribui ao século XVIII o momento inicial para a literatura no Brasil. Ainda assim, essa literatura não se caracterizava como substancialmente de caráter nacional, se apresentando muito mais inspirada nas formas estrangeiras do que em uma cor local. Em segundo lugar, ele sinaliza que já haveria sinais de uma protoliteratura entre os indígenas, expressa por sua musicalidade e seus mitos⁶⁷. Mais uma vez vemos a distância histórica sendo operada, de um lado, por um afastamento imediato aos arcades dos setecentos que, embora desenvolvessem uma literatura em solo brasileiro, ela não era de caráter nacional. De outro lado, há uma aproximação ideológica com os indígenas quando se atribui a um passado longínquo, à “Idade Média brasileira”, as sementes de nossa literatura.

67 GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994. p. 16-17; 264-269.

Décadas mais tarde, Urbano Duarte publica na *Revista Brasileira* um breve manifesto sobre o Naturalismo em que confirma e nega alguns pontos sobre o que poderiam ser os *topoi* literários brasileiros. O elemento temporal mais uma vez tem seu lugar garantido quando o crítico estabelece à história papel importante em seu desenvolvimento. Isso não difere daquilo proposto por Magalhães em seu *Discurso* quando Duarte marca o lugar “etapista” da obra de arte. Cada uma delas fruto de determinado tempo. Para Duarte, “As influências históricas têm relação com o progresso geral das ideias, desenvolvem, corrigem, aperfeiçoam e completam a literatura, pondo-a de acordo com o tempo”⁶⁸. Além disso, a natureza é reafirmada como lugar inalienável de inspiração. O clima, no entanto, não é mais contemplativo, mas exerce forças que deveriam ir além do idealismo. Mesmo a natureza aparecendo como fonte de paixões humanas, ela tem um compromisso com a verdade.

O final dos anos 1800 no Brasil proporcionou a formação de um cenário ainda maior para as disputas sobre as reconfigurações da modernidade. Esperança e desconfiança coabitavam um ambiente discursivo que se saturava de possibilidades. A República como fato novo abria possibilidades que forçavam a reconfiguração do tempo. A intelectualidade brasileira, ao menos em alguns setores de destaque, como no IHGB, buscava compreender ou produzir uma resposta para o lugar do Brasil entre as nações civilizadas. A queda da monarquia e a ausência de seu patrono e protetor, somadas a um ambiente político externo, impunham graves dúvidas sobre a história da nação, não apenas em âmbito institucional, mas também no modelo narrativo.

Cada vez mais a geração de intelectuais que atuava contra as formas tradicionais de narrar o passado brasileiro buscava fixar seu espaço crítico. A relação entre a história e sua representação questionava as coletâneas e organizações. A história, na visão de Silvio Romero, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros, deveria se afastar de uma linguagem romântica que visava mui-

68 DUARTE, Urbano. O Naturalismo. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano II, t. V, 1880. p. 25.

to mais a constituição de adornos do que o interesse em evidenciar de modo crítico as verdadeiras marcas da nação. Na visão de Silvío Romero, colocavam-se em jogo duas histórias do Brasil. A primeira, herança da tradição romântica, era retórica e vazia. A segunda, ainda a ser feita, era profunda e autêntica⁶⁹.

Capistrano de Abreu, ainda em 1878, ao publicitar o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro*, esboça o que seria para ele o papel do historiador brasileiro em um futuro próximo. Embora o espírito investigativo de Varnhagen fosse destacado como uma característica de poucos e que fazia dele o historiador da pátria, lhe faltava a densidade que as recentes ciências sociais proporcionavam. Essas eram as marcas do renascimento dos estudos históricos. Capistrano entendia que aquele era o momento de se formar um novo tipo de historiador, que fosse capaz de iluminar a história nacional a partir das teorias científicas que transformavam o pensamento humanista no último quartel do século XIX. Era a oportunidade de tirar a história do obscurantismo, do empirismo duro e buscar a autenticidade do passado. Varnhagen, o historiador brasileiro do século XIX, não o fez.

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não con-

69 TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 192-193.

seguiu, nem consigo-lo-ia.⁷⁰

Em discurso ao IHGB em 1893, Olegário Herculano de Aquino e Castro fala sobre a missão do instituto em seus 54 anos de existência. Reforça o seu lugar, lembra que os fundamentos a partir dos auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era o de produzir uma história essencialmente útil, severa e verdadeira da nação. Não se trata de uma ciência de datas ou de deduções cronológicas. O então presidente do IHGB rechaçava a ideia de a história ser fatalista e um catálogo de ações dos indivíduos que pouca ou nenhuma influência tem nas direções dos fatos⁷¹. É curioso notar que, diferentemente de Capistrano, que anos antes, ao defender uma história mais analítica partindo de Comte, Spencer e Darwin, Castro modula sua concepção de história partindo de Robertson, Guizot, Macaulay, entre outros.

O problema da distância histórica, aqui, aparece em sua forma mais comum. Embora naturalmente haja um claro entendimento da história filosófica processual na leitura do tempo em Olegário Herculano e o historiador seja dotado perfeitamente das condições para a realização, mesmo que com um viés apaixonado, de análises imparciais e objetivas da história, a observação dos eventos presentes não parece ser objeto capaz para os historiadores contemporâneos. E, como herdeiros diretos de uma geração política ainda atrelada ao recente deposto regime, não tinham a isenção ou, ao menos, o distanciamento necessário⁷². Podemos supor que se admita a força das dimensões sentimentais do humano no olhar para a duração, no entanto, para alguns, isso poderia ofuscar certas visões e vícios que só o adequado distanciamento temporal poderia superar.

70 ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: *Ensaios e estudos: crítica e história*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975. p. 90.

71 CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. LV, parte II, p. 426-435, 1893. p. 428.

72 *Ibidem*, p. 430-431.

Um elemento significativo contribui para que esse distanciamento da história presente fosse uma barreira para intelectuais herdeiros do Império. A figura do “augusto chefe de Estado”, que antes abrilhantava as festas de aniversário do IHGB, não era mais possível àquela altura. Torna-se um vazio, um desconforto temporal⁷³. A cadeira desocupada do imperador era sentida como um eco, um vazio gerado pela República⁷⁴. Uma cadeira desocupada era uma distância. Esse sentimento, expresso por Joaquim Norberto Souza e Silva, apontava para um futuro de incertezas, mas que não derrubaria, para o então presidente do IHGB em 1889, as tradições dos intelectuais que por ali passaram e, principalmente, pelo imperador deposto.

A política tem as suas necessidades intransigentes, não nós que, Vestais deste templo da História, colaboramos para a posteridade nesta *pacífica sentiaē occupatio*; e pois a gratidão um dos mais belos caracteres da humanidade, viverá na nossa tradição até quando o último de nós tiver baixado à sepultura, em que já dormem os nossos mais distintos consócios, sem que a queiramos antepor e modo algum a ordem das novas coisas estabelecidas e a que nos curvamos, certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra a qual Deus outorgou por símbolo a cruz da sua redenção, e a quem imploramos, que a república seja tão livre como o foi o império de Pedro II.⁷⁵

As múltiplas formas de leitura do passado nacional e suas representações que emergem em um ambiente político extremamente conflitante é uma marca potente da modernidade. Mais do que um olhar para a duração como projeção e processo, a modernidade

73 *Ibidem*, p. 433.

74 Sobre o assunto, cf. SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18. p. 213-230, ago. 2015.

75 SILVA, Joaquim Norberto Souza e. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. LII, parte II, 1889. p. 534.

se configura como escolha. Como bem vimos anteriormente, não há apenas um caminho a percorrer, uma única possibilidade de alcançar a modernidade. As diferentes teorias sociais e filosóficas que fervilhavam no final do século XIX abriam um leque amplo para a intelectualidade brasileira promulgar a disputa sobre os caminhos temporais da nação. Esse leque produzia diferentes efeitos que eram tanto positivos quanto negativos, gerando aquilo que Angela Alonso chamou de “caos teórico”⁷⁶.

A cadeira vazia do imperador no IHGB, em um contexto em que se projetava uma modernização a todo custo para a inserção do Brasil no rol das nações civilizadas, não era uma simples saudade de Joaquim Norberto sobre o passado. Ela é a antecipação de uma nostalgia anunciada, se caracterizando, então, como um mecanismo de defesa em um tempo de transformações. As representações do passado nacional, as concepções de tempo e modernidade se ampliavam, tencionavam e coabitavam um ambiente que permitia retirar da latência visões do mundo que se julgavam superadas. O Romantismo, mesmo ainda sendo considerado um estilo artificial, mantedor do *status quo* imperial e apolítico, configurava-se como um horizonte estético importante para a disputa sobre qual história nacional deveria ser contada.

A história da historiografia tem proporcionado a releitura da relação entre o humano e o tempo. Ao fugir do estigma de uma disciplina meramente descritiva, abre possibilidades variadas para interpretações da temporalidade. Procuramos demonstrar que o fazer historiográfico está atrelado a fatores que tangenciam esferas da experiência e produzem implicações severas na relação entre objeto e narrativa. Ao assumir a tarefa de analítica da historicidade, a história da historiografia não só expõe de maneira clara os fenômenos que lhes são próprios, como possibilita lançar novos olhares para a narrativa historiográfica.

76 ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-54, 2000. p. 35.

Dessas possibilidades destacamos a interseção com a história das emoções ao colocar em evidência a nostalgia e suas dimensões como força motriz para um tipo de representação do passado atrelado tanto a métodos empíricos quanto à sensibilidade, e apontamos que não são necessariamente elementos excludentes. Identificar isso nos estudos sobre a passagem do século XIX para o XX na historiografia brasileira nos permite perceber o quanto ainda há uma forte herança em nossas culturas históricas e historiográficas contemporâneas. Propomos que, ao recuperarmos a categoria de distância histórica e compreendermos as relações políticas, estéticas, ideológicas, formais e sentimentais que a compõe, podemos ressignificar o par sensibilidade/objetividade, usualmente lido como dicotômico, e trazer para ainda mais perto as dimensões emocionais da história.

Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: *Ensaios e estudos: crítica e história*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975. p. 81-91.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-54, 2000.
- ANKERSMIT, Frank. Tiempo. In: MUDROVCIC, María Inés; RABOTNIKOF, Nora (coords.). *En busca del pasado perdido: temporalidad, historia y memoria*. México: Siglo XXI Editores/Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. p. 29-50.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 57, p. 259-290, 1894.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da his-

- toricidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, 2013.
- AZEVEDO, Aluísio. *A mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1894.
- BASTAZIN, Vera. Utopia como ato escritural. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 2009.
- BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future. An introduction. In: BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013. p. 7-35.
- BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, p. 11-28, 2015.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, 2017.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. LV, parte II, p. 426-435, 1893.
- CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 4. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier Editor-Livreiro, [1900].
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre a utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. spe. 1, p. 7-12, jul. 2008.
- DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DIEGO, Feliberto Fuentesbro de; OTS, Carmen Valiente. Nostalgia: a conceptual history. *History of Psychiatry*, Thousand Oaks, v. 25, n. 4, p. 404-411, 2014.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- _____. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.
- _____. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368-394, jul./dez. 2006.
- DUARTE, Urbano. O Naturalismo. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, pp. 25-30, ano II, t. V.1880.

- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FELIPPE, Eduardo Ferraz. Renovar votos com o futuro: nostalgia e escrita da história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 25, p. 117-134, dez. 2017.
- FEUERHAHN, Niels. *Nostalgia and the displacement of identity: a time-based analysis of the Unheimlichkeit of Nostalgia*. 2015. 383 f. (PhD Thesis in Philosophy) – University of Guelph, Guelph, 2015.
- FREIXO, André de Lemos; ABREU, Marcelo Santos de; MATA, Sérgio da. A nostalgia como problema metahistórico: uma introdução. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 138-141, abr. 2017.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”: o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 25-42.
- HELENA, Lucia. *A solidão tropical: o Brasil de Alencar e da modernidade*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2006.
- HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As utopias românticas. In: JINKINGS, Ivana; PESCHANSKI, João Alexandre (orgs.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxismo insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 107-116.
- LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

- MOLLO, Helena Miranda. História geral do Brasil: entre o espaço e o tempo. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 99-118.
- MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.
- NABUCO, Joaquim. O espírito de nacionalidade na história do Brasil. In: NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá, 1911. p. 121-137.
- _____. Os Lusíadas como a epopeia do amor. In: NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá, 1911. p. 79-106.
- _____. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin, 2006.
- NOVICK, Peter. *That noble dream: the "Objectivity Question" and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1-17.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re)escrever a história do Brasil hoje. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 151-175, jan./jun. 2009.
- PHILLIPS, Mark Salber. Relocating inwardness: historical distance and the transition from enlightenment to romantic historiography. *PMLA*, [S.l.], v. 118, n. 3, pp. 436-449, may 2003. Special Topic: Imagining History.
- _____. Rethinking historical distance: from doctrine to heuristic. *History and Theory*, Hoboken, n. 50, p. 11-23, dez. 2011.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *A complete dictionary of music*. 2. ed. Dublin: Luke White, 1779.
- RÜSEN, Jörn. Emotional forces in historical thinking: some metahistorical reflections and case of mourning. *Historien*, [S.l.], v. 8, p. 41-53, 2008.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SANTOS, Luciana Alves dos. A utopia da linguagem em A Caverna, de José Saramago. *FronteiraZ*, São Paulo, n. 4, p. 1-10, 2009.
- SCANLAN, Sean. Introduction: nostalgia. *Iowa Journal of Cultural Studies*, Iowa, v. 5, p. 3-9, 2004.

- SEDIKIDES, Constantine; WILDSCHUT, Tim; BADEN, Denise. Nostalgia: conceptual issues and existential functions. In: GREENBERG, Jeff; KOOLE, Sander; PYSZCZYNSKI, Tom (eds.). *Handbook of experimental existential psychology*. New York: Guilford, 2004. p. 200-214.
- SERRA, Tânia Rabelo Costa. Utopia e hegemonia no indianismo. *Cerrados*, Brasília, n. 6, p. 113-118, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, Joaquim Norberto Souza e. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. LII, parte II, 1889.
- SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18. p. 213-230, ago. 2015.
- STAROBINSKI, Jean. The idea of nostalgia. *Diogenes*, Thousand Oaks, v. 54, p. 81-103, 1966.
- TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilidades no epistolar de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 257-277, 2015.
- TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, mar. 2009.
- _____. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. O que liam nossos maiores. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Anno I. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1903, pp. 161-164.
- ZELDIN, Theodore. História pessoal e história das emoções. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 12, n. 22-23, p. 30-44, jun./dez. 1991.

Recebido em: 11/05/2018 – Aprovado em: 19/11/2018